



5604 - Trabalho - 39ª Reunião Nacional da ANPED (2019)
 GT21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

QUILOMBOS URBANOS, TERRITÓRIOS ÉTNICO-RACIAIS E EDUCAÇÃO
 Silvani dos Santos Valentim - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
 Agência e/ou Instituição Financiadora: Proext-SESu

QUILOMBOS URBANOS, TERRITÓRIOS ÉTNICO-RACIAIS E EDUCAÇÃO

Resumo

O presente trabalho trata do tema educação e comunidades quilombolas urbanas e faz parte do contexto mais amplo de valorização da Educação Escolar Quilombola (EEQ) no veio da dinâmica histórico-social e de transformação do espaço urbano, onde essas comunidades vivenciam e ressignificam sua cultura. Um quilombo urbano deve ser entendido como um espaço de permanência e resiliência por meio das experiências, vivências, ancestralidade e cosmovisão africana. Quais são as melhores formas de valorização da cultura quilombola presente nas comunidades escolares? Como potencializar o pensar coletivo dos educadores e educandos, das famílias, comunidades e profissionais da escola? Como trabalhar conteúdos escolares apropriados e que dialoguem com os saberes produzidos nos territórios étnico-raciais os quais as comunidades quilombolas pertencem? As reflexões aqui apresentadas são fruto das atividades desenvolvidas por meio de pesquisa/ação em três quilombos urbanos e do acompanhamento das ações desencadeadas por uma Rede Municipal de Ensino no sentido de projetar a formação em serviço dos professores para uma atuação cada vez mais referenciada na EEQ.

Palavras-Chave: Quilombos urbanos, territórios étnico-raciais, educação.

QUILOMBOS URBANOS, TERRITÓRIOS ÉTNICO-RACIAIS E EDUCAÇÃO

“A educação das crianças e dos jovens de nossa comunidade tem que ter substância. Eles precisam saber que a gente tinha até uma língua própria, o Vissungo^[1], e agora, tá tudo meio que no chão, para ser levantado. Eu já tenho quase 80 anos, sou uma mulher preta e velha. O que é que eu vou fazer mais?”(excerto de entrevista concedida, em 2017, por uma mulher quilombola).

O presente trabalho trata de educação e comunidades quilombolas no contexto urbano. Por meio do aprofundamento de temáticas pertencentes ao campo da educação e relações étnico-raciais no Brasil, as reflexões aqui apresentadas são fruto de atividades de pesquisa junto a três quilombos urbanos, assim como do acompanhamento das ações desencadeadas por uma Rede Municipal de Ensino no sentido de projetar a formação em serviço de professoras e professores para uma atuação cada vez mais referenciada na Educação Escolar Quilombola e suas diretrizes curriculares, principalmente no que tange as escolas localizadas em territórios de quilombos.

Abordamos a Educação Escolar Quilombola (EEQ), que se integra ao campo da Educação das Relações Raciais (ERER), para buscar responder algumas perguntas, por exemplo: 1) quais são as melhores formas de valorização da cultura quilombola presente nas comunidades escolares? 2) como potencializar o pensar coletivo dos educadores e educandos, das famílias, comunidades quilombolas e profissionais da escola? 3) como trabalhar conteúdos escolares apropriados e que dialoguem com os saberes produzidos nos territórios étnico-raciais os quais as comunidades quilombolas pertencem? As reflexões aqui apresentadas são fruto das atividades desenvolvidas por meio de pesquisa/ação em três quilombos urbanos e do acompanhamento das ações desencadeadas por uma Rede Municipal de Ensino no sentido de projetar a formação em serviço de professoras e professores para uma atuação cada vez mais referenciada na EEQ.

A população negra (pretos e pardos), segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, superou a população branca em Minas Gerais, assim como aconteceu ao nível de Brasil, em que a população negra, segundo o censo de 2010, totalizou 53% da população. De acordo com este recenseamento o Estado de Minas Gerais tinha 15.731.961 habitantes, sendo que 45,4% dos mineiros se autodeclararam brancos e 53,5% se autodeclararam negros. A cidade onde se localizam os quilombos pesquisados é a mais populosa do país com uma população de 2.375.151 habitantes e, de acordo com análises censitárias, esta proporção de negros e brancos tem se mantido ao longo das décadas.

No Brasil, em 2016, segundo a Fundação Cultural Palmares (FCP), havia 2.648 comunidades quilombolas. Sabe-se que há comunidades em todas as regiões do país, com exceção do Acre, Roraima e Distrito Federal. Em Minas Gerais, naquele ano, contava-se 242 comunidades, sendo 203 certificadas pela FCP. Dentre estas comunidades certificadas três estão situadas na metrópole pesquisada. É importante enfatizar que a vida social das comunidades quilombolas articula-se ao processo de urbanização da cidade, conforme ilustra Santos (2009):

Hoje, a metrópole esta presente em toda parte, no mesmo momento, instantaneamente. Antes, a metrópole não apenas não chegava ao mesmo tempo a todos os lugares, como a descentralização era diacrônica: hoje a instantaneidade é socialmente sincrônica. Trata-se, assim, de verdadeira “dissolução

da metrópole" (...) Essa é a grande cidade cuja força essencial deriva do poder de controle (sobre a economia e o território). (SANTOS, 2009, p. 102)

Assim, é no contexto de afirmação, certificação e reconhecimento destas comunidades que se torna urgente a compreensão do papel da Educação Escolar Quilombola para o fortalecimento étnico e identitário dos/as estudantes quilombolas e toda comunidade escolar. No caso dos quilombos urbanos, a realidade é que onde poderia estar uma escola quilombola ergue-se um prédio, constrói-se um muro que esconde uma mansão, fruto da especulação imobiliária. Estas comunidades quilombolas em tela estão imersas na sua realidade e contexto. Seus espaços de moradia, suas referências territoriais, suas casas e espaços culturais são constantemente ameaçados pela extensão da cidade. O território comunitário é objeto de intensa competição espacial travada com diversos segmentos sociais, agravada nas últimas décadas com a expansão urbana. Santos (2009) comenta:

A especulação imobiliária deriva, em última análise, da conjugação de dois movimentos convergentes: a superposição de um sítio social ao sítio natural; e a disputa entre as atividades ou pessoas por dada localização. A especulação se alimenta dessa dinâmica, que inclui expectativas. Criam-se sítios sociais, uma vez que o funcionamento da sociedade urbana transforma seletivamente os lugares, afeiçoando-os às suas exigências funcionais. É assim que certos pontos se tornam mais acessíveis, certas artérias mais atrativas e, também, uns e outros mais valorizados (...) Assim, um primeiro momento do processo especulativo vem com a extensão da cidade e implantação diferencial de serviços coletivos (SANTOS, 2009, pgs 106;107).

Os três quilombos, situados em espaços urbanos, compartilham experiências e características históricas comuns, a exemplo do enfrentamento dos problemas de titulação e proteção de suas terras, que, conforme se mencionou anteriormente, são constantemente ameaçadas. Este situar-se dos quilombos em uma metrópole merece atenção do ponto de vista de como a cidade e a relação dos moradores de comunidades quilombolas com a mesma pode ser igualmente visualizada por meio de óculos bem diferentes: com um tipo de óculos pode-se observar de fora e à distância e se permite vislumbrar situações típicas que comunidades empobrecidas economicamente enfrentam nas cidades: violência, ausência de transporte de qualidade, precarização do atendimento à saúde, poluição, qualidade de vida precária, racismo, dentre outros.

Quem olha de dentro, com outro tipo de óculos, pode, no entanto, ter outra perspectiva, conforme explica Magnani (2002), é uma visão diferente da primeira:

a maioria dos estudos que classifico como olhar de fora e de longe dá pouca relevância àqueles atores sociais responsáveis pela trama que sustenta a dinâmica urbana; quando aparecem, são vistos através do prisma da fragmentação, individualizados e atomizados no cenário impessoal da metrópole. Entretanto, contrariamente às visões que privilegiam, na análise da cidade, as forças econômicas, a lógica do mercado, as decisões dos investidores e planejadores, proponho partir daqueles atores sociais não como elementos isolados, dispersos e submetidos a uma inevitável massificação, mas que, por meio do uso vernacular da cidade (do espaço, dos equipamentos, das instituições) em esferas do trabalho, religiosidade, lazer, cultura, estratégias de sobrevivência, são os responsáveis por sua dinâmica cotidiana. Postulo partir dos atores sociais em seus múltiplos, diferentes e criativos arranjos coletivos: seu comportamento, na paisagem da cidade, não é errático, mas apresenta padrões. (MAGNANI, 2002, p. 18)

Não basta observar o cotidiano e o entorno da escola. É necessário que experiências e vivências, e que a realidade social e a conjuntura política dos grupos sociais, culturais e raciais, onde a escola está inserida, façam parte das práticas pedagógicas presentes na escola, assim como da capacitação em serviço dos professores e das reflexões realizadas com crianças, jovens e adultos. As relações de ensino-aprendizagem estão diretamente vinculadas à construção de identidades, de conhecimentos que estão impregnados de experiências e vivências.

As Comunidades quilombolas pesquisadas

Na comunidade quilombola dos Luízes existem cerca de 80 moradores, distribuídos em 23 casas, mas existem famílias quilombolas morando em outros bairros, bem como em outros municípios. Um desafio constante desta comunidade é a preservação de sua cultura e a permanência no quilombo, posto que após as inúmeras investidas da especulação imobiliária conseguiram adentrar grande parte do terreno, com o objetivo de erguer luxuosas construções.

O crescimento urbano acelerado tem ocasionado perdas importantes de espaços vitais e tradicionais da comunidade, obrigando o grupo a assumir defesas constantes, muitas vezes em vão ou com escasso sucesso, devido à opressão política e econômica que enfrentam. Segundo relato de moradores: as danças de origem africana que ocorriam aos sábados, quase não ocorrem mais, devido às reclamações da vizinhança incomodada com o som dos tambores. Outro problema foi a perda do centro cultural para construção de um prédio residencial de luxo.

Com o intuito de reivindicarem seu território histórico, em 2007, doze famílias dos Luízes ocuparam um prédio abandonado, que foi erguido em sua área. Essa ocupação foi a forma que encontraram para reivindicarem seus direitos à titulação do terreno pelo poder público. Essa titulação é cada vez mais necessária com o recrudescimento das pressões de empresas imobiliárias.

No caso da comunidade quilombola de Mangueiras, a fundadora do quilombo, dona Maria Bárbara, nasceu em 1863. A mata, ainda preservada pelos moradores do quilombo, garante o uso de ervas medicinais e a presença de diversos animais silvestres. Um grande problema que a comunidade enfrenta é a poluição das três nascentes que existem no local, gerada pela ocupação desordenada dos terrenos vizinhos ao quilombo. A religião de matriz africana é praticada no lugar, assim como tem pessoas católicas e evangélicas.

A comunidade quilombola Manzo Ngunzo Kaiango surgiu na década de 1970. A matriarca, dona Efigênia Maria da Conceição (Mãe Efigênia) fundou o terreiro de Candomblé Senzala de pai Benedito. O nome do quilombo é de origem *bantu* e significa Casa (Manzo) da Força (Ngunzo) de Matamba^[2] (Kaiango). Assim, na construção identitária da comunidade existe a religiosidade de matriz africana, bem como manifestações da cultura afro-brasileira como a capoeira, o samba de roda e o maculelê.

As comunidades quilombolas existem na sua trajetória singular a partir do que vão tecendo, na dimensão do reinventar a todo momento e ressignificar cotidianamente as suas memórias, tradições comunitárias e ancestralidade em uma sociedade que tende a se fechar para o diálogo intercultural. Observe que essas três comunidades quilombolas surgiram lideradas por mulheres, e permanecem assim até o presente momento. Em outros escritos será possível realizar o aprofundamento da temática relações sociais de gênero e mulheres quilombolas.

Entende-se que uma das grandes contribuições da antropologia para o campo da educação é a possibilidade de compreender as manifestações da (s) cultura (s) na formação humana. A cultura pode ser definida como sistemas de signos e significados criados pelos grupos sociais. Assim, interpretar as culturas significa interpretar símbolos, mitos, ritos,

porque, segundo Geertz (1978)

[...] o homem [sic] é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise, portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. (GEERTZ, 1978, p. 15).

A compreensão das práticas culturais de comunidades negras quilombolas consiste em conceber vivências concretas de sujeitos concretos, percebendo as variabilidades e as semelhanças construídas por pessoas, famílias e comunidades ao longo de processos sociais e históricos. Um exemplo importante são as formas como estas comunidades reinventam relações sociais e comunitárias para continuarem suas trajetórias e, assim, permanecer como uma comunidade quilombola. Ainda que, para os que olham de fora e de longe, isto possa parecer uma dispersão e ausência de coesão como grupo quilombola. Um exemplo disso é que esses três quilombos tem membros de suas comunidades em outros bairros da cidade e região metropolitana e, ainda, assim, são pessoas que tem no quilombo seu grupo de pertença social, comunitária, afetiva e familiar, e se reúnem como quilombolas, para constantemente estreitar os laços ancestrais, históricos, étnicos e raciais que os unem.

Este trabalho faz parte do contexto mais amplo de valorização da Educação Escolar Quilombola (EEQ) no veio da dinâmica histórico-social e de transformação do espaço urbano onde comunidades quilombolas vivenciam e reinventam sua cultura. Não se traçou aqui uma escrita etnográfica densa. Porém, a dimensão cultural das comunidades esta sempre presente porque a identidade quilombola é construída a partir de uma história e cultura que dialogam. Isto porque, enquanto uma história comum identifica os quilombos nos mais diversos espaços sociais e geografias rurais e urbanas, a cultura cristaliza a identidade quilombola. Ser um quilombo urbano não pode ser entendido como fator de desenraizamento, mas, sim, de permanência e resignificação, por meio da experiência, das vivências, da ancestralidade e da cosmovisão africana.

Procedimentos metodológicos

Tomou-se como orientação metodológica a pesquisa-ação (THIOLLENT, 2009) no esforço de assegurar que os bolsistas de extensão (total de três), uma pesquisadora de apoio técnico e coordenadora executiva do programa e a coordenadora geral pudessem contribuir com informações e produzir conhecimentos de uso mais efetivo, inclusive a nível pedagógico. A pesquisa-ação desenvolveu-se em diferentes etapas, sendo que as instituições escolares de educação básica do município e os territórios étnico-raciais, demarcados pela presença de quilombos, alicerçaram a estratégia metodológica utilizada e facilitou o conhecimento e reconhecimento do contexto e realidade das comunidades quilombolas, assim como de outros possíveis segmentos da comunidade negra presentes no entorno da escola (TRIPP, 2005). Conforme descrito a seguir, foram realizadas: **1.** Revisão da literatura e dos marcos legais pertinentes, em especial a Resolução CNE/CEB nº 8 de 20 de novembro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Quilombola. **2.** Análise de documentos jurídicos, laudos antropológicos e mapas que se referiam ao processo de titulação de cada quilombo. **3.** Acompanhamento da conjuntura desses processos junto ao Ministério Público Federal. **4.** Atividades de observação participativa e entrevistas semiestruturadas. **5.** Análise das proposições curriculares da Secretaria Municipal de Educação (2012),

O *locus* do trabalho teve lugar junto aos três quilombos, à Secretaria Municipal de Educação (SMED) e às escolas municipais que atendem crianças e jovens pertencem ao Luízes, Mangueiras e Manzo Ngunzo Kaiango. Nenhum destes quilombos possuía uma escola em seu interior, com exceção do Quilombo Mangueiras que, por um curto período de tempo, teve uma escola quilombola que funcionava à noite para atender a modalidade Educação de Jovens e Adultos. Buscou-se dialogar com os membros das comunidades quilombolas e, paralelamente, elaborou-se um projeto de intervenção pedagógica junto à SMED para formação em serviço dos professores, principalmente das escolas apontadas no quadro 1.

Apresentamos abaixo a relação das escolas municipais localizadas no entorno destas comunidades quilombolas.

Quadro 1 - Escolas localizadas em territórios de quilombos

Quilombo Mangueiras		
Regional Norte	Nº de estudantes	Nº de professores
Escola Municipal Hebert José de Souza	1073	70
Escola Municipal Secretário Humberto Almeida	980	36
Escola Municipal Desembargador Loreto Ribeiro de Abreu -	509	31
Quilombo Manzo Ngunzo Kaiango		
Regional Leste	Nº de estudantes	Nº de professores
Escola Municipal Levindo Lopes	859	30
Escola Municipal Santos Dumont	918	44
Umei* Paraíso	recém inaugurada	
Quilombo dos Luízes		
Regional Oeste	Nº de estudantes	Nº de professores
Escola Municipal Hugo Werneck	551	27
Escola Municipal Magalhães Drumond	737	24
Umei Grajaú	235	24
Umei Silva Lobo	317	47

Fonte: SMED -. Organizado pela autora

*UMEI -Unidade Municipal de Educação Infantil

O lugar social e histórico dos quilombos

É correto afirmar, infelizmente, que para a maioria das pessoas a existência de Zumbi é algo do campo da cinematografia, sobretudo Hollywoodiana, e dos efeitos especiais dos *filmes e programas televisivos* produzidos com a intenção de causar medo, curiosidade, e também pavor nos telespectadores. Ainda, para outros, quilombos estão relacionados a negros escravizados “fujões”, sendo que tais práticas de fuga teriam ficado no passado, tendo sido finalizadas por meio da destruição destes aquilombamentos, tendo sido o ápice desta destruição, a total ruína e queda -- incluindo o assassinato dos principais líderes do Quilombo de Palmares, localizado na Serra da Barriga, no Estado de Alagoas.

Por tais motivos, é fundamental recuperar os elementos vitais de construção do Quilombo de Palmares do século XVII ou do Quilombo dos Luízes, Mangueiras e Manzo Ngunzo Kaiango do século XXI. Isto é: a reconquista da liberdade se constitui no contexto de ressignificação do território, ancestralidade e cultura. Esta consciência de que é fundamental reconquistar a liberdade não pôde nunca ser destruída.

Desta forma, o respeito e a preservação dos saberes tradicionais de matrizes africanas, fundadores da cultura afro-brasileira e pilares da cultura brasileira, não permitem que sejam esquecidas as lutas travadas pelos quilombolas: de Zumbi dos Palmares até os dias de hoje. Segundo Munanga (2001).

A palavra quilombo tem a conotação de uma associação de homens, aberta a todos sem distinção de filiação a qualquer linhagem, na qual os membros eram submetidos a dramáticos rituais de iniciação que os retiravam do âmbito protetor de suas linhagens e os integravam como co-guerreiros num regimento de super-homens invulneráveis às armas de inimigos. (MUNANGA, 2001, p.25).

Os quilombos brasileiros aparecem bem próximos do sentido original *bantu* da palavra que os designa. Muitos quilombos conseguiram garantir-se, justo pelo cumprimento destas suas funções originais. Que, apesar da extinção de muitos quilombos, muitos deram conta de chegar à fase atual, com maior ou menor aderência aos saberes tradicionais, mas com uma nítida consciência da ligação desses saberes com os seus territórios e valores ancestrais.

Territórios étnico-raciais e a educação escolar quilombola: antecedentes

No I Encontro Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas, em 1995, foram apresentadas reivindicações concretas das populações quilombolas ao Estado brasileiro, incluindo entre elas a educação. No mesmo período, surge a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ). Em 1997, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) introduziram a pluralidade cultural como um dos seus temas transversais. Em 2003 a Lei 10.369 modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – Lei nº 9.394/96, nos arts. 26A e 79B, para inserir a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nos currículos escolares e o Dia Nacional da Consciência Negra no calendário escolar.

Em 2004 as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana apresentam recomendações para o reconhecimento das manifestações culturais das comunidades quilombolas, o ensino da história dos quilombos e a criação de escolas (infraestrutura) nessas comunidades. Em 2010, no eixo VI da CONAE, encontramos demandas educacionais para a efetivação da educação igualitária, com uma discussão sobre a educação quilombola como campo da política educacional.

Neste período, destaca-se, também, o I Seminário Nacional de Educação Quilombola, organizado pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). Este Seminário teve como objetivo subsidiar o Conselho Nacional de Educação na produção das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Quilombola, com a construção dos alicerces para o Plano Nacional para a educação das comunidades remanescentes.

É importante especificar que a comunidade quilombola na [Resolução do CNE nº 8, de 20/11/2012](#), é definida à partir de:

I - grupos étnico-raciais definidos por auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica;

II - comunidades rurais e urbanas que: a) lutam historicamente pelo direito à terra e ao território o qual diz respeito não somente à propriedade da terra, mas a todos os elementos que fazem parte de seus usos, costumes e tradições; b) possuem os recursos ambientais necessários à sua manutenção e às reminiscências históricas que permitam perpetuar sua memória.

III - comunidades rurais e urbanas que compartilham trajetórias comuns, possuem laços de pertencimento, tradição cultural de valorização dos antepassados calcada numa história identitária comum, entre outros (BRASIL, 2012).

Os saberes das comunidades quilombolas, das escolas e dos professores em territórios de quilombos

“Deveria existir um estudo mais aprimorado sobre a cultura brasileira para elas [as/os professoras/as] terem um conhecimento melhor sobre nossas raízes quilombolas, que se for a fundo, é a raiz de muitas professoras também”. (liderança quilombola – professora da educação básica em território de quilombos – entrevista concedida em 2017)

O sistema educacional brasileiro insiste em ignorar, com algumas exceções, a relevância das africanidades nos currículos escolares (SILVA, 2007). Experienciamos, no entanto, por meio das memórias e práticas exitosas de escolas, educadores (as) e pesquisadores (as) o nascedouro, para alguns o renascimento, da Educação Escolar Quilombola. Por isso, concluiu uma liderança quilombola:

Para que os professores sejam desafiados no desenvolvimento de suas habilidades na modalidade EEQ, o processo de formação continuada com base na riqueza e diversidade da pluralidade da aprendizagem deve avançar. (Liderança quilombola – entrevista concedida em 2017)

Silva (1999) ao apresentar o currículo como um documento de identidade busca ressignificar, apoiado na história da educação, a cultura e a identidade como elementos cruciais da formação curricular. Vale ressaltar que as lideranças quilombolas vislumbraram na EEQ a esperança de valorização e respeito do seu modo de viver. É nesse sentido que as bases desta modalidade de ensino são construídas de tal forma que:

os estudantes oriundos de regiões quilombolas ou não possam estudar a respeito dessa realidade de forma aprofundada, ética e contextualizada. Nesse contexto, encontramos aquelas instituições cujo Projeto Político-Pedagógico dialoga com a realidade cultural, social e política dos quilombolas e se constrói no diálogo, nas tensões e negociações, próprios dos processos democráticos. Essa pode ser uma característica de escolas localizadas ou não no interior de um território quilombola.” (Diretrizes Curriculares Nacionais, educação escolar quilombola, p. 28)

A EEQ, enquanto modalidade da educação básica, é uma referência central para construção de projetos político-pedagógicos em territórios quilombolas. Esta modalidade de ensino, é, acima de tudo, a voz das comunidades quilombolas e do povo negro pelo direito ao reconhecimento, no âmbito educacional, do seu patrimônio histórico-cultural, que se movimenta ainda à margem do sistema educacional (SILVA, 2005)

Na institucionalização da Educação Escolar Quilombola sobressai a importância da interação participativa das comunidades quilombolas em todo o processo para a consolidação desta modalidade de ensino, uma vez que, a existência de um conjunto de instrumentos oficiais é essencial, porém, não garante práticas de EEQ. A escassez de dados oficiais sobre os povos e as comunidades quilombolas, torna-se um problema no conhecimento socioeconômico deste grupo.

A garantia da integridade dos saberes tradicionais preservados pelos quilombolas implica respeito pelas crenças e valores que tais saberes encerram e também, pela história de lutas travadas por estas comunidades, no cumprimento das suas funções sociopolíticas de guardiões da herança cultural africana e de fundadores e defensores da cultura negra. Espera-se que as novas pedagogias resultantes destes trabalhos sejam caracterizadas pela união dos saberes tradicionais com os da educação formal e sejam conteúdo para os cursos de formação inicial e continuada de professores (as) de todos os níveis e modalidades do sistema educacional brasileiro.

Ao dialogar sobre quilombos e comunidades do entorno, quando se conversou sobre os significados de EEQ as pessoas expressaram seu entendimento dessa modalidade de ensino de uma forma bastante inovadora. Eles pediram para não revelar seus nomes porque, assim disseram: **“o que um fala o outro também sabe. A sabedoria é de todos”**.

Lideranças quilombolas (que pediram pra não serem identificadas) apresentam sua visão sobre e o que acreditam ser o papel da EEQ:

- “Estudar a história e cultura do negro, saber sobre a nossa própria história. É abrir o livro e ver os nossos heróis negros lá. Ver a gente na lida da nossa cultura”.
- “Essa educação [EEQ] é importante porque evita a discriminação. A educação é para entender que o preto é igual ao branco”.
- “Que a EEQ seja uma educação de apoio para garantir uma participação em pé de igualdade em todas as esferas da vida social, especialmente para os nossos jovens.
- “A educação das crianças e dos jovens de nossa comunidade tem que ter substância. Eles precisam saber que a gente tinha até uma língua própria, o Vissungo, e agora, tá tudo meio que no chão, para ser levantado. Eu já tenho quase 80 anos, sou uma mulher preta e velha. O que é que eu vou fazer mais?”
- “São muitas professoras e alunos neste quadro, se as professoras entenderem bem direitinho o que é educação quilombola a vida dos nossos bisnetos, netos, filhos e desta criançada toda aí que é negra também vai ser muito melhor”.

Por fim, no processo de formação em serviço dos/as professores /as, ao longo de quatro (4) atividades formativas, duas em 2016 e duas em 2017, em que representantes das comunidades quilombolas estavam também presentes, foram destacados os seguintes pontos:

Sobre o território:

- A questão do reconhecimento e garantia das terras quilombolas

Sobre identidade, cultura e direitos:

- O fortalecimento da identidade quilombola por meio do despertar legítimo do orgulho da pessoa e do coletivo.
- Dar visibilidade a esses quilombos, informar da sua existência e de seus direitos. Além disso, instruir politicamente aqueles envolvidos com o tema.

Sobre educação:

- Aprofundar a temática quilombola, principalmente nas escolas dos territórios quilombolas.
- Desenvolver uma educação quilombola a partir dos quilombolas.
- Conscientização e auxílio às escolas que recebem alunos quilombolas.
- Formação e capacitação de pessoas na Educação Escolar Quilombola.
- Colocar em prática a Lei 10.639/2003 e a Resolução MEC/CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012.
- Introdução da Cultura e história da África nas Escolas; 1) Territórios, 2) Conscientização da União da Comunidade e deveres; 3) A importância dos Quilombolas na história do Brasil.
- Maior respeito à cultura, tradição e religiosidade da comunidade quilombola. Uma promoção mais efetiva nos direitos e na dignidade dessas comunidades.
- Apoiar os quilombos em suas demandas por serviços básicos de saúde, e serviços como água, luz, certificação e qualificação para o trabalho.

Projeto Político pedagógico e Educação Escolar Quilombola

Antes de reelaborar o PPP

Conhecer a legislação pertinente

- Retomar o PPP anterior e verificar se contempla a temática quilombola e de que forma .
- Aplicar questionário (equipe de gestão e pedagógica).

Na reelaboração do PPP:

- Mapear quem são os sujeitos que estão no espaço escolar, no município.
- Compreender a inserção dos conteúdos programáticos nos componentes curriculares
- Oportunizar formação continuada
- Planejamento interdisciplinar e coletivo
- Construir metodologia para positivar o pertencimento étnico-racial
- Ampliar acervo sobre o tema
- Identificar fontes orais da comunidade e a cultura imaterial

No âmbito do currículo

- Conceituar: ERER, Movimentos Sociais, Cultura e Território
- Conteúdo: racismo, direitos humanos, territorialidade, território e terra, interculturalidade, alteridade, ancestralidade, cidadania, identidade, pertencimento, quilombos urbanos
- Problemáticas contemporâneas

O legado científico e tecnológico dos africanos e do povo negro para o conhecimento universal

No PPP incluir

- A Lei 10639/03
- As DCNERER
- Quais conhecimentos? Valores? Atitudes?
- Questionário sociocultural nas escolas
- Princípios que orientam a implantação da EREER
- Diagnóstico da comunidade escolar, município e estado
- Diretrizes com foco na gestão e na sala de aula
- Planejamento coletivo das ações

Ao final da formação em serviço dos professores e com a presença de representantes das comunidades quilombolas envolvidas apontou-se que seria de fundamental importância:

- O conhecimento, valorização e utilização das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (EEQ) - Resolução Nº 08 de 2012.
- Materiais educativos e didático-pedagógicos que contemplem e valorizem a história e as culturas locais e as práticas pedagógicas exitosas no trato das relações étnico-raciais, relações étnico-raciais.
- O reconhecimento, organização e potencialização dos saberes e tecnologias sociais acumuladas no interior das comunidades quilombolas.
- As metodologias de ensino desenvolvidas pelos professores devem atender as especificidades culturais das famílias e dos territórios quilombolas.
- Jovens quilombolas mais interessados e motivados a continuar seus estudos no nível médio e/ou na educação profissional integrada ao ensino médio, rumo ao ensino superior.
- Maior integração das comunidades quilombolas com as escolas e vice-versa
- Interseccionalidades de gênero e raça no projeto político-pedagógico e na organização do trabalho escolar das escolas.
- Uso do conceito e prática das africanidades, interdisciplinaridade e interculturalidade para a abordagem das diversidades na escola.

Considerações finais

O estudo e a pesquisa-ação revelaram uma rica diversidade cultural dentre as comunidades quilombolas pesquisadas. Essas diferenciações determinam o tipo e as condições de aderência às raízes culturais, valores e costumes. São comunidades que possuem uma rica heterogeneidade cultural devido ao lugar que ocupam em seu território. Confirmando, assim, que a cultura afro-brasileira não pode ser alcançada de forma linear porque a sua formação sinuosa e gradativa contribuiu para que ela alcançasse alto nível de complexidade.

Nos próprios desafios que a cultura afro-brasileira apresenta para a educação apresentam-se as possibilidades para a sua superação. A superação dos desafios na construção da educação escolar quilombola encontra-se na luta destas comunidades pelo reconhecimento e valorização de sua cosmovisão e práticas socioculturais como uma importante estratégia de resistência desenvolvida por esta mesma cultura.

É importante o conhecimento dessas práticas educativas, bem como relacionadas com as condições de trabalhos para oferecer elementos inovadores, capazes de gerar novos conhecimentos pedagógicos. Falou-se de uma sensibilidade nas escolas públicas, sobretudo, para a diversidade e suas múltiplas dimensões na vida dos sujeitos. Sensibilidade que vem se traduzindo em ações pedagógicas de transformação do sistema educacional em um sistema inclusivo, democrático e aberto às diversidades.

Estas características da cultura afro-brasileira são devidas às influências sofridas por suas matrizes africanas e diáspóricas^[3] e por razões sócio-históricas opressivas como: a escravidão e a forma como a escravidão foi abolida no Brasil; a ideologia do embranquecimento, o racismo e a democracia racial; a fragmentação dos grupos étnicos vindos de África e das famílias negras que se constituíram no território brasileiro.

No caminho da concretização da Educação Escolar Quilombola há vários desafios, por se tratar de um processo multidirecional e intercultural. É através de um diálogo de interação e cooperação entre a comunidade local e a comunidade escolar que são decodificados os códigos sociais significativos para a comunidade, no seu sentido mais amplo, não com base em estereótipos e na prevalência da imagem da cultura negra folclorizada e estereotipada. Mas, sim, respeitando a história, a cultura, o território, a memória, e a ancestralidade do povo negro brasileiro.

Na institucionalização da Educação Escolar Quilombola sobressai a importância da interação participativa das comunidades quilombolas em todo o processo para a consolidação desta modalidade de ensino, uma vez que, a existência de um conjunto de instrumentos oficiais é essencial, porém, não garante práticas de EEQ. A escassez de dados oficiais sobre os povos e as comunidades quilombolas, torna-se um problema no conhecimento socioeconômico deste grupo. Haja visto a questão do idioma Vissungos que está se perdendo.

A garantia da integridade dos saberes e da cultura preservada pelos quilombolas implica respeito pelas crenças e valores que tais saberes encerram e também, pela história de lutas travadas por estas comunidades, no cumprimento das suas funções sociopolíticas de guardiões da herança cultural africana e de fundadores e defensores da cultura negra. Isto, se este respeito garantir o direito de intervenção e interlocução dos quilombolas em todas as instâncias de elaboração e desenvolvimento da Educação Quilombola e da Educação Escolar Quilombola, como conhecedores que são das experiências e práticas vivenciadas nos territórios negros, nos movimentos sociais dos negros e nas comunidades negras e quilombolas.

Referências

BRASIL. Resolução MEC/CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasília, 20 de novembro de 2012. Disponível em: <http://www.ilape.edu.br/legislacao/cne>

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 jan. 2003. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF: MEC, 2005.

BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 16/2012. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola**. Disponível em: portal.mec.gov.br/index. Consulta realizada em 10/02/2017.

BRASIL. Fundação Cultural Palmares. **Quadro geral de comunidades remanescentes de quilombos (CRQs)**. Consulta realizada em 10/02/2017.

GEERTZ, Clifort. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro (RJ): Livros Técnicos e Científicos; 1989.

LOPES, Nei. **Partido-alto: samba de bamba**. Rio de Janeiro, Pallas, 2005

MAGNANI, José G. Cantor. De Perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 17 Nº 49, 2002

MUNANGA, Kabenguele. Origem e histórico dos quilombos em África. In: MOURA, Clóvis. (Org.) **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. p. 31-21. Edufal, 2001

SANTOS, Milton. **A Urbanização brasileira**. 5ª ed. São Paulo: Editora da USP, 2009

SILVA, Petronilha B. G. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Educação**: Porto Alegre, set/ dez. 2007. p. 489-506.

SILVA, Petronilha B. G. Aprendizagem e ensino das africanidades brasileiras. In: MUNANGA, K. (Org.). **Superando o racismo na escola**. 2ª edição revisada. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 155-172.

SILVA, Tomaz T. da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 17ª edição. São Paulo: Cortez, 2009

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005

[1] Esta quilombola, da terceira geração, refere-se a [música](#) de caráter responsorial praticada pelos negros e negras que trabalhavam, em sua maioria na qualidade de escravos/as nas minas, nas lavouras, nas construções e no âmbito doméstico na região de [Diamantina](#), [São João da Chapada](#) e [Serro](#), no Estado de [Minas Gerais](#). Eram cantadas, também, em outras práticas sociais do cotidiano, como casamentos e enterros. Tal música era entoada raramente em [português](#), prevalecendo [línguas africanas](#), principalmente o [kimbundo](#) e o [nbundo](#), pertencentes a língua [benguela](#) e relacionadas a idiomas até hoje falados em Angola.

[2] No Camdomblé de Nação Angola, Iansã é reconhecida como Matamba — Deusa dos raios e dos trovões. Este é o Inquice ao qual a Mãe Efigênia está vinculada.

[3] A expressão “Diáspora Africana” serve também para designar, por extensão de sentido, os descendentes de africanos nas Américas e na Europa e o rico patrimônio cultural que construíram. Esse patrimônio se expressa, hoje, na presença mundial de produtos elaborados, por africanos e descendentes, em contato com as culturas dos países e regiões para os quais foram compulsoriamente levados, em todo o mundo. Para citar um único exemplo, vejamos que a música popular produzida e consumida desde o século XX em escala global é um produto da Diáspora Africana (Nei Lopes, 2005, p. 47).